

Introdução aos Estudos da Língua Brasileira de Sinais

Profa. Vanessa Regina de Oliveira Martins

Prof. Guilherme Nichols



Libras aspectos gerais e seu uso pelas comunidades surdas¹

Este material objetiva trabalhar aspectos gerais sobre os estudos no campo da surdez numa abordagem social, tomando a língua de sinais como produtora de modos de vida singular às pessoas surdas sinalizadoras, sendo-a constitutiva de uma comunidade linguística dotada de práticas culturais, Identitárias e sociais que merecem atenção e reconhecimento. Para esse movimento será inicialmente apresentada na **unidade 1** a proposta social da surdez e as lutas de reconhecimento linguístico das comunidades surdas na atualidade; na **unidade 2** apresentamos os aspectos gramaticais gerais da língua de sinais e sua organização enquanto sistema linguístico numa modalidade espaço-gestuo-visual. Essa diferença de modalidade das línguas de sinais para as línguas orais promove certo estranhamento à quem inicia um contato e aprendizagem da língua, já que o contato da maioria da população é feito por meio da aquisição de uma língua de modalidade oral. A novidade do contato com a modalidade visuo-gestual das línguas de sinais podem gerar certos questionamentos sobre o *status* dessa língua, o modo de funcionamento, a universalidade ou não desta língua, bem como demais aspectos que serão aqui trabalhados de modo introdutório à temática. Por fim na **unidade 3** destacamos particularidades do funcionamento da língua brasileira de sinais e do uso deste sistema por comunidades surdas. Neste momento do curso o foco se dá na interação inicial com pessoas surdas e aspectos culturais que marcam a produção discursiva destas comunidades. Esperamos que o material e o curso sirvam de instrumento inicial para a aproximação das comunidades surdas e do movimento social da surdez como espaço de luta e reconhecimento de direitos linguísticos.

¹ **Vanessa Regina de Oliveira Martins:** Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente e pesquisadora na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no Curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa (TILSP/UFSCar). Docente no Programa de Pós-graduação em Educação Especial (PPGEs/UFSCar). **Guilherme Nichols:** Professor surdo do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (DPsi/UFSCar) no curso Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Doutorando e Mestre (2016) em Faculdade de Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Licenciatura em Letras Libras (2012) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

UNIDADE 1. Introdução aos estudos surdos numa perspectiva cultural.

1.1. Diferença linguístico-cultural das pessoas surdas.

[...] A palavra do surdo se expressa através da língua de sinais. [...] A surdez começa então a metamorfosear-se naqueles que, ainda que seu ouvido funcione perfeitamente, se tornam incapazes de escutar uma palavra que se expressa de maneira diferente da sua. É a presença do outro que escuta ou que não quer ouvir que começa a definir o “ser surdo” (BENVENUTO, 2006, p. 228).

Nesta primeira unidade propomos uma explanação geral sobre o campo de conhecimento e estudos da surdez, focando-a numa proposta antropológica. O que isso quer dizer? Primeiramente que temos diferentes formas de conceituar a surdez e a pessoa surda: uma primeira versão tomando-a pela perspectiva da falta de audição como condição biológica que pode ser “reparada” por meio de correções que minimizam essa não audição com intervenções clínicas como, correção por meio de aparelhos auditivos, cirurgias, intervenção de terapia de fala, entre outras formas de ação, tomando a língua portuguesa como meio de comunicação primordial e por isso deve ser pensadas formas de apropriação da fala oral pelas pessoas surdas. A essa perspectiva temos chamado de olhar clínico-patológico sobre a surdez, já que o foco está na deficiência auditiva e na busca do reparo desta menor eficiência. Neste âmbito os estudos se voltam aos níveis de decibéis perdidos e como essa falta de audição acarreta distúrbios de linguagem. Para essa visão é importante a divisão e classificação dos níveis de surdez: leve, moderada, profunda, severa e a anacusia². Não há problema em avaliar a surdez pelos níveis de audição, todavia, outras formas de perspectivas sobre este campo de saber nos parecem mais atraentes.

Outra forma de concebê-la, portanto, é a que toma a surdez como falta orgânica sim, mas de um corpo que tem uma singularidade existencial e que por essa razão produz em si mesmo uma

² Vários são os fatores que levam à surdez em determinados sujeitos, desde questões congênitas, doenças no período de gestação (rubéola, sarampo entre outras), após o nascimento (meningite, medicação ototóxica) e síndromes. As diferenças de momentos de aquisição da surdez são nomeadas como sendo: pré-linguística ou pós-linguística. Os tipos de surdez também são distintos podendo ser de condução ou neurossensorial. Assim classificam-se a perda de audição pela dificuldade de compreensão dos estímulos sonoros em leve, moderada, severa, profunda e anacusia. Estas questões mais biológicas da surdez não serão aprofundadas neste material. Embora as questões orgânicas sejam relevantes, neste texto focaremos as questões linguísticas e culturais da surdez, partindo da premissa que a língua de sinais proporciona uma significativa inserção do surdo no mundo, dando-lhe meios reais de comunicação e de constituição de subjetividades. Para maiores informações sobre as questões biológicas (orgânicas) de causa da surdez, ver este link: <https://www.tuasaude.com/causas-da-surdez/>.

relação sensória e experiencial com o mundo, muito distinta da relação de uma pessoa ouvinte. A essa perspectiva damos o nome de sócio-antropológica porque entende que há uma experiência corporal surda que produz uma cultura visual e se manifesta na produção de uma língua compartilhada numa modalidade espaço-gestuo-visual. Portanto, entende-se que se a pessoa surda se constitui por uma diferença linguístico-cultural e identitária distinta da experimentação de um sujeito ouvinte. Ou seja, a falta de audição carece menos de intervenção corretiva corporal (com técnicas que façam com que a pessoa surda se aproprie das particularidades de um mundo sonoro, pela marcação de níveis e decibéis faltantes) e mais de estímulos sociais que favoreçam a ampliação e reconhecimento destas especificidades linguísticas para favorecer o uso e circulação de uma língua que não traga impedimento orgânico para o sujeito surdo, como a língua de sinais. Portanto, fazendo uma síntese:

A primeira narrativa insere a surdez nos discursos da deficiência, na perspectiva clínica, na qual há a patologização do outro (surdo) que vive a *negatividade* da falta orgânica e carece de reparo por meio de técnicas ortopédicas e corretivas: próteses auditivas, implantes cocleares, treinamentos orofaciais, entre outras formas de correção do corpo e da forma de vida de ser e se fazer surdo (SOUZA, 2006; LOPES, 2007; MARTINS, 2008, 2013a; REZENDE, 2010). Em relação aos produtos da perspectiva clínica, Rezende (2010) afirma que as tecnologias médicas têm produzido uma invasão no modo de vida do surdo e produzido subjetividades surdas que visam o adestramento de corpos. [...] A segunda perspectiva anuncia a surdez como experiência visual inserindo o surdo no discurso antropológico e cultural. É a falta de audição que promove outra forma singular de experienciar o mundo e se fazer sujeito. Em tal perspectiva, está implícita a *positividade* da surdez pelo uso de outra forma de comunicação, a língua de sinais. A questão da língua está colada às formas e às manifestações identitárias e culturais (CARVALHO; MARTINS, 2016, p. 397).

Diante desse cenário, de anunciações diferenciadas sobre um campo de saber, como o da surdez, algumas ações têm sido reivindicadas pelas comunidades surdas, na defesa do reconhecimento de seus direitos linguísticos, não como pessoas com deficiência auditiva, mas como uma comunidade linguística minoritária visando à promoção pela acessibilidade. Isso mostra contradições sobre a forma de entender a surdez e os caminhos para se efetivar práticas inclusivas na sociedade. Há um movimento surdo que reconhece a importância da língua de sinais como espaço de inserção do surdo na sociedade e que reivindica a presença de práticas acessíveis por meio desta língua. Algumas leis reconhecem e afirmam o direito linguístico dos surdos tais como a lei de acessibilidade, a lei Libras, a Lei Brasileira de Inclusão, entre outras (BRASIL, 2002, 2005, 2010, 2016). Todavia, transformar o espaço social num lugar de acolhimento das diferenças linguísticas não tem sido tarefa simples. Embora desde 2002 se reconheça a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio

de comunicação e expressão das comunidades surdas, ainda estamos longe de ter efetivamente espaços bilíngues, com profissionais que atendam a comunidade surda, falantes da Libras, por meio da acolhida nesta língua (Libras), fazendo-a como espaço de diálogo. Outro adendo, é que a presença de intérpretes de língua de sinais nos variados setores sociais ainda é muito escassa, haja vista a formação em nível de graduação destes profissionais, ser algo bem recente, e o reconhecimento da profissão do intérprete de Libras, como agente profissional e não ator assistencial é também algo muito novo, dado pela Lei 12.319 de 2010 (BRASIL, 2010). Esse fato, da recente regulamentação da Libras (BRASIL, 2005), bem como o reconhecimento profissional da atuação de mediadores linguísticos (BRASIL, 2010), como os intérpretes de Libras, faz com que a acessibilidade das pessoas surdas ainda seja algo a ser reivindicado por meio de lutas para a afirmação e construção de políticas bilíngues que favoreçam o empoderamento da língua de sinais na sociedade. A abertura de cursos de língua de sinais, como esse proposto de “Introdução aos Estudos da Língua Brasileira de Sinais” é uma forma de disseminar à população geral certo conhecimento sobre a língua de sinais, apresentar a luta das pessoas surdas por um espaço acessível, favorecendo a circulação da Libras e diminuir a distância social entre sujeitos surdos e ouvintes. O curso, portanto, não visa formar tradutores e intérpretes de língua de sinais, já que para isso requer uma formação aprofundada com conhecimento e fluência na língua de sinais para posteriormente ser trabalhada as especificidades da prática tradutória. Assim reforçamos que o objetivo deste curso é o de oferecer um conhecimento introdutório sobre a língua de sinais e as comunidades surdas para ampliar o contato inicial com falantes surdos usuários da língua de sinais, minimizando o desconhecimento geral sobre as pessoas surdas, o receio de aproximação, certo desconhecimento sobre a importância da língua de sinais na interação social e por fim, a afirmação das lutas dessas comunidades de fala.

UNIDADE 2. Aspectos gramaticais da língua de sinais: introdução ao conhecimento linguístico da Libras.

A língua de sinais é universal? É uma comunicação fácil de aprender? É uma pantomima com gestos escolhidos para representar palavras da língua portuguesa? Estas são algumas questões que aparecem para as pessoas que iniciam um primeiro contato com a língua de sinais por terem aproximações e notícias que procedem do sensu comum. Primeiramente reforçamos que a língua de

signais é um sistema de comunicação complexo por se tratar de uma língua e que possui todos os *status* de qualquer outro idioma. Assim, estamos falando de um sistema linguístico e não de uma linguagem que não tenha uma estrutura gramatical organizadora de seu funcionamento, de modo que não se pode ser modificada por um falante isoladamente. Há arbitrariedade no funcionamento destas línguas, que seriam os combinados sociais, já que fazem parte de uma comunidade linguística de fala. As pessoas surdas podem ou não fazer uso da língua de sinais como forma de constituição de si e meio de interação social. No entanto, tem sido verificada a importante potência dessa língua na constituição subjetiva das pessoas surdas. O importante para esse momento é traçarmos pontos iniciais sobre a língua de sinais, entendendo-a como um sistema de comunicação como as demais línguas naturais humanas e que sua organização não é aleatória e, assim, cada signo que compõe essa língua tem uma historicidade específica que pode ser estudada, sendo um sistema vivo que se amplia constantemente pela relação dela com seus falantes e sobre mutações sociais por conta do uso cotidiano feito pelas comunidades surdas. Assim, já iniciamos uma primeira resposta sobre a língua brasileira de sinais (Libras): é sim uma língua, não é universal por ter aspectos culturais e históricos ampliados pelas comunidades de fala deste sistema, e seu aprendizado não é intuitivo (fácil e rápido) de modo que é um erro pensar que há maior facilidade na apropriação desta língua que no processo de dedicação e apropriação de sistemas linguísticos de modalidades orais. Há estudos fonológicos, sintáticos, morfológicos, semânticos e pragmáticos desta língua como em qualquer outra. Estes pontos e questionamentos da facilidade do aprendizado, de ser uma representação pantomímica e da universalidade das línguas de sinais são alguns dos mitos que circulam socialmente, já que sendo a língua de sinais uma língua de modalidade gestual é facilmente comparada com mímicas aleatórias: mas, afirmamos que isso não é real.

Após a breve apresentação das formas de aparição da surdez na unidade anterior, e a relação do surdo com a língua(gem), tomamos como base o trabalho realizado por Reily (2004) no livro, “Escola Inclusiva: Linguagem e Mediação”, para pontuar algumas orientações gerais que podem desfazer mitos, auxiliar no trabalho e na interação de vocês cursistas frente ao público surdo. Espera-se que, a partir destas contribuições, possamos abrir novas reflexões, pelo menos nos espaços em que vocês circulam.

Portanto e retomando a língua de sinais é universal? O Alfabeto Manual é a Língua de sinais em si? Essa questão é bem interessante e chave para desfazer mitos recorrentes na área da surdez. Para o

sensu comum a língua de sinais é vista como mímica ou pantomima, por isso, muitas vezes nomeada como linguagem, tida como um sistema de comunicação universal. O fato de identificá-la como mímica leva a ideia de que os gestos são universalmente reconhecidos e padronizados. Disso decorre que o gesto não permite a abstração e que o surdo sinalizador tem um pensamento estritamente concreto. Por conta disso, ainda, há um estigma de que a língua de sinais é inferior à fala e que o surdo falante da língua de sinais tem limitação cognitiva, e só consegue refletir naquilo que vê concretamente. O surdo sinalizador é referido como sujeito “falante da língua de sinais” justamente para marcar que a língua de sinais é de fato uma língua e por isso a menção de ser “falante” desse idioma. A língua de sinais foi reconhecida cientificamente por Stokoe (1960) em seus estudos linguísticos na década de 60/70 o qual pontuou a existência de parâmetros mínimos para a composição de um léxico nas línguas de sinais: Configuração de Mão (forma em que a mão fica na sinalização), Locação (espaço de produção do sinal) e Movimento (direção e movimentos na realização do léxico em língua de sinais). Desde então, no Brasil, outros pesquisadores, como Stokoe, veem estudando o *status* linguístico das línguas de sinais e a importância de sua aquisição na vida do surdo o mais cedo possível (GOES, 1996; SKLIAR, 1997; SOUZA, 1998; LACERDA, 2002; FERNANDES, 1990; 2003). Após a comprovação científica do funcionamento linguístico das línguas de sinais (fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática), (QUADROS; KARNOPP, 2004), alguns países, pela militância de muitos estudiosos e da comunidade surda, passaram a reconhecer politicamente o direito dessas minorias linguísticas. No Brasil, o Decreto 5.626/05 regulamentou a Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002, 2005), que reconhece a língua de sinais brasileira (Libras) como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas e dispõe na Lei os direitos de acessibilidade do surdo principalmente na educação.

Desta forma, fica evidente a impossibilidade de se ter uma língua universal, seja ela de modalidade oral ou gestual, pois a língua está atrelada a cultura de cada país e ao convívio estabelecido entre os seus falantes. Além disso, há variações dialetais (regionalismos) nas línguas de sinais, incluindo a Libras que é uma língua de sinais usada no Brasil – portanto, não é um sistema universal de uso comum dos gestos em outros países. Se você for para os Estados Unidos, por exemplo, terá que aprender a língua de sinais americana (ASL) para se comunicar com surdos sinalizadores. Esse movimento apresentado reforça o *status* de língua das línguas de sinais. Outra questão a ser desconstruída é que o alfabeto manual (dactilologia), ou comumente conhecido como “letras do português sinalizadas nas mãos”, é a língua de sinais em si. A dactilologia é apenas um recurso que faz

uma transposição de uma palavra do português de modo gestual: faz, portanto, uma ponte entre as duas línguas: orais e de sinais, mas é uma transliteração e não uma tradução do sentido da língua portuguesa na língua de sinais. Na realidade, ao fazer gestualmente letras do alfabeto, escreve-se palavras do português, só que em outra modalidade. Se o surdo não for alfabetizado na língua portuguesa o uso da dactilologia fica sendo bem limitado. No cotidiano da língua se usa a dactilologia apenas para nomear pessoas, ruas, nomes próprios, e para apresentar ao surdo, palavras do português que ainda não possuem sinais (léxico próprio da língua de sinais). Portanto, não basta decorar as letras do alfabeto manual pensando que a língua de sinais se reduza a isso.

Essa outra questão será mote para mais uma dúvida comum que circula socialmente: Se não sei Libras posso me comunicar por escrito com um surdo? O surdo apresenta uma estrutura gramatical na escrita idêntica à das pessoas ouvintes?

Esse questionamento tem sido vastamente debatido e pesquisado por profissionais da área da surdez: a apropriação da escrita da língua portuguesa pelos sujeitos surdos. Sendo uma outra língua para a pessoa surda, o processo de apropriação da escrita não se dá do mesmo modo que em pessoas ouvintes. É um tema complexo e que pode ser analisado por diferentes linhas teóricas. Pensando esta questão, sobre a comunicação direta com surdos pela escrita, de forma simples, pode-se dizer que depende da relação que o surdo estabelece com a língua portuguesa e como ele foi a ela apresentado. Vários fatores influenciam nesta relação, tais como, o modo como a língua portuguesa foi, ou não, ensinado ao surdo, como segunda língua/ língua adicional ou se não houve nenhuma metodologia específica, o que pode dificultar o acesso do surdo ao sistema escrito, sendo ele alfabético com pauta sonora; o contexto linguístico familiar; o uso constante dessa língua, entre outros fatores.

Como a língua de sinais tem uma estrutura gramatical diferente da língua portuguesa o surdo sinalizador pode fazer uso da estrutura gramatical da Libras ao redigir um texto em português o que pode dificultar a construção de sentido para o leitor que não conhece a organização estrutural da Libras: por exemplo, que é uma língua com alto uso da topicalização, ou seja, evidencia-se em tópico o assunto principal do enunciado para chamar atenção do que é mais importante ao enunciador. Estas marcas da língua de sinais podem tornar o texto do surdo aparentemente ilegível por pessoas que não conhecem a língua de sinais. Um exemplo de enunciado na língua portuguesa que se diferencia na organização enunciativa da língua de sinais, pode ser esse:

“NÃO PODEREI COMPARECER NA SUA CASA AMANHÃ” – Escrita em língua Portuguesa



Uma tradução possível para Libras ficaria assim:



Figura 1 casa

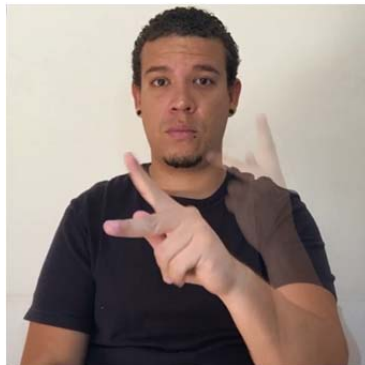


Figura 2 sua



Figura 3 amanhã



Figura 4 não-dá

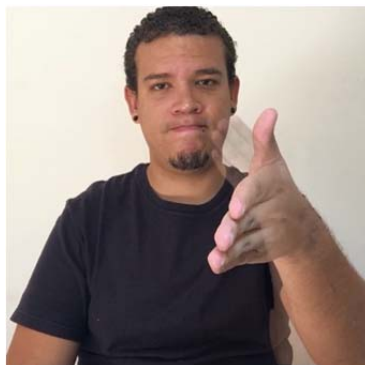


Figura 5 ir

Iniciamos pelo tópico da conversa que marca o local, “CASA SUA”, posteriormente apontamos a temporalidade, “AMANHÃ”, para negar a ida até o local combinado. Veja que poderíamos usar dois sinais diferentes o usado para representar a negativa “NÃO” + o léxico usado e apresentado no dicionário de Libras como “PODER”, sendo o verbete “sinais” considerado léxicos possíveis na Libras (ou seja palavras dessa língua). Todavia, o uso do léxico “PODER” pode ter o sentido de força, não sendo adequado para a sentença apresentada neste contexto expresso. A negativa realizada para a ação fica melhor apresentada com o léxico único em Libras: “NÃO-DÁ” ou “NÃO-POSSO”. Essa é uma tradução possível, mas que fique claro que não é a única forma de transposição do sentido textual do português para a Libras. A perspectiva posta é a de anunciar apenas a diferente organização sintática destas línguas., para que fique perceptível a distinção gramatical das línguas envolvidas.

Portanto, esse é apenas um exemplo ilustrativo da organização estrutural da Libras que se difere da Língua Portuguesa por exemplo, o que poderia influenciar na escrita de modo que a pessoa surda ao pensar na estrutura da língua de sinais, possa, em algum momento, cometer equívocos na estrutura da língua portuguesa, na modalidade escrita. O que queremos destacar, então, é que por ser uma língua autônoma e independente das línguas orais, a Libras tem particularidades em sua organização, produz a enunciação de conceitos abstratos sim, serve como elemento sógnico que possibilita ao seu falante expressar sentimentos, anseios, organizar o pensamento e anunciar verbalmente aquilo que pensou para si, de modo que tenha a necessidade de interlocutores potenciais que conheçam e faça uso compartilhado deste sistema linguístico para uma troca discursiva efetiva. Sobre o funcionamento de uma língua e a introjeção psíquica dela para o sujeito, Vygotsky (2008) afirma que:

A formação de conceitos é resultado de uma atividade complexa, em que todas as funções intelectuais tomam parte. No entanto, o processo não pode ser reduzido à associação, à tenção, à formação de imagens, à interferência, ou à tendências determinantes. Todas são indispensáveis, porém insuficientes sem o uso do signo ou palavra, como o meio pelo qual conduzimos as nossas operações mentais, controlamos o curso e as canalizamos em direção à solução do problema que enfrentamos (p. 70-73).

Nascimento e Segala (2019, p. 130), apontam ser a Libras um “sistema semiótico verbal partilhado por determinada comunidade: os surdos” e que essa língua se organiza por articuladores gestuais captados pelas mãos com organização singular. As expressões não manuais (facial e corporal) compõem aspectos gramaticais sintáticos desta língua. As expressões para os autores mencionados compõem como a prosódia nas línguas orais, a entonação dada aos enunciados nas línguas de sinais, qualificando inclusive os sentimentos expressos nas marcações sentenciais. O espaço é outro marcador importante que evidencia o referente no discurso produzido. Portanto, a alternância do uso do espaço (de um lado para outro) é aspecto gramatical que evidência a quem se refere quanto ao falante do discurso. Estes são alguns dos elementos que sendo aqui descritos podem auxiliar a afirmar o *status* linguístico da Libras, ao demonstrar aspectos específicos de seu funcionamento. Perlin (1998), pesquisadora surda, afirma que a língua de sinais por ser de modalidade visual e pela experiência sensorial do surdo (a falta de audição) com maior uso do aspecto visual, são elementos propícios para a constituição identitária de sujeitos que se constituem por meio desse idioma. Evidente que a falta de incentivo social e a pouca circulação da Libras nas variadas esferas públicas conduzem a um processo

tardio identitário das pessoas surdas nesta língua. Por isso, a disseminação da língua de sinais favorece grandemente às comunidades surdas. Esperamos, com essa unidade, que tenha ficado claro que a Libras é uma língua de fato e que o aprendizado deste sistema requer rigoroso estudo, participação com falantes dessa língua para colocar em funcionamento os aspectos gramaticais dela. Destacamos que o contato com surdos sinalizadores é o que pode produzir um sentido significativo ao aprendiz desse idioma, já que o contato com falantes potenciais é fundamental para a apropriação dessa e de qualquer outra língua.

UNIDADE 3. Introdução à comunicação em Libras: aspectos gerais.

Para finalizar nosso estudo faremos uma apresentação de aspectos enunciativos na interação na Libras que qualificam ações culturais da comunidade surda. Todos os participantes da comunidade surda são referenciados por um “sinal”. O que seria isso, por exemplo? Já mencionamos que o uso do termo “sinal” se refere ao léxico (ou palavra) gestual das línguas de sinais. O que queremos reforçar agora é que cada sujeito ao participar de grupos de pessoas surdas sinalizadoras recebe um “sinal-nome” de batismo em língua de sinais. Veja Guilherme é o nome registrado em língua portuguesa do professor surdo abaixo. Todavia, ele tem um sinal na Libras que o representa na comunidade surda por falantes desta língua. Verifiquem o sinal de Guilherme em Libras:



Figura 6 Sinal de Guilherme

No exemplo ilustrado temos a representação gestual do “nome de batismo” de Guilherme que faz referência a uma característica visual observada por quem o nomeou. Poderia ser usada a dactilologia, que é a soletração manual do seu nome em língua portuguesa (G-U-I-L-H-E-R-M-E), como mencionado, esse é um recurso que possibilita gestualmente apresentar uma palavra da língua portuguesa. Mas, o Guilherme tem um sinal em Libras que o representa, marcando, como mencionado seu “sinal de batismo” recebido nesta comunidade. Vale lembrar que os sinais das pessoas são dados por surdos após o convívio da nova pessoa na comunidade, já que a escolha do sinal é feita por elementos visuais, do comportamento, da rotina e específico de cada um, por isso o contato é o que marcará um sinal de batismo significativo para o sujeito que o recebe e para a comunidade que o adota. Portanto, se você recebeu um sinal fique feliz, você passou a fazer parte da comunidade surda.

Reforçamos que a Libras é a fala das pessoas surdas sinalizadoras no Brasil, por ser uma língua que possibilita a produção subjetiva, a construção conceitual e a relação com o outro é um sistema linguístico que funciona perfeitamente como qualquer outro sistema de línguas orais auditivas. Desta forma, os surdos não são pessoas “mudas”, desprovidas de voz e aparição, de

possibilidade de abstração e enunciação de sentimentos, reflexões, memórias. Sua “voz” e sua “fala” é exercida por uma língua de modalidade gestuo-visual.

Para finalizar este material de estudo faremos um fechamento sobre postura em relação ao contato com as pessoas surdas, já que as atividades e orientações práticas sobre a Libras serão feitas na vídeo-aula da unidade 3 disponibilizada no ambiente virtual de aprendizagem. Nossa intenção com isso é a de que o contato com mídias visuais favoráveis ao acesso à Libras, auxiliem vocês estudantes muito mais no processo de aprendizado inicial desta língua que demanda a visualização de seus movimentos para a reprodução. Todavia, uma orientação necessária para quem iniciará seu contato com pessoas surdas sinalizadoras é a de que não precisa ficar nervoso com essa possível interação. As pessoas surdas por sofrerem barreiras comunicativas socialmente estão bem abertas a travar um diálogo e normalmente propõem diversas formas para facilitar a interação: fazem uso de gestos para auxiliar o contato, os que têm boa relação com a escrita, recorrem a esse recurso para uma primeira conversa. No entanto, que fique claro que independente dessa abertura que as pessoas surdas fazem para a ação comunicativa, eles tem o direito de terem intérpretes de Libras nos espaços sociais mais variados para que tenham o total entendimento do processo enunciativo, de modo que possam se expressar livremente e receber as orientações gerais sem defasagem das informações. A interação primeira deve ser sem receios, mas os surdos tem direito à qualidade de interação nos variados espaços sociais, por isso a importância de, junto à comunidade surda, reivindicarmos a presença de tradutores e intérpretes de língua de sinais.

Outra orientação ainda necessária é a de que você não precisa gritar com a pessoa surda para se comunicar porque isso não ampliará a percepção sonora dela. Fale devagar, bem articuladamente e de frente com ela. Caso ela faça leitura labial isso facilitará em muito a interação entre vocês. Se souber um pouco de Libras, apresente-se, diga seu nome em Português, usando a dactilologia e se tiver um sinal em Libras mostre-o também. Estas são algumas ações para facilitar um primeiro diálogo em Libras: a abertura para o contato, o interesse na interlocução e o desejo por estabelecer uma conversa visual. Não esqueça de mencionar que você está aprendendo a Libras e que por isso precisa sinalizar devagar. Esperamos que as orientações iniciais deste material auxiliem no conhecimento introdutório da língua brasileira de sinais e das questões culturais que estão postas na e pela comunidade surda.

Referências.

- BENVENUTO, A. **O surdo e o inaudito**. Á escuta de Michel Foucault. In: GONDRA, J. & KOHAN, W. (Orgs.). Foucault 80 anos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 05/11/2019.
- _____. **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso em: 07/10/2019.
- _____. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial da União, 01 setembro 2010. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12319-1-setembro-2010-608253-publicacaooriginal-129309-pl.html>>. Acesso em: 05/11/2019.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: 05/11/2019.
- CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/d5aE5q>>. Acesso em: 15/10/2019
- CARVALHO; A. F.de; MARTINS, V. R. de O. Anúnciação e insurreição da diferença surda: contra-ações na biopolítica da educação bilíngue. **Childhood & Philosophy**. v. 12, n. 24, p. 391-415, 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/childhood/article/view/22970/18067>>. Acesso em: 05/11/2019.
- FERNANDES, E. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
- _____. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- GESUELI, Z. M. Língua(gem) e identidade: a surdez em questão. In: **Educação e Sociedade**. Vol. 27 no. 94. Campinas: Cedes, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a14v27n94.pdf>>. Acesso em: 05/11/2019.
- GOES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- LACERDA, C. B. F. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A. C. B., at. (org). **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- MARTINS, V. R. de. **Educação de Surdos no Paradoxo da Inclusão com Intérprete de Língua de Sinais**: Relações de poder e (Re)criações do sujeito. Dissertação de mestrado defendida em 08/08/2008 na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Faculdade de Educação: Campinas, 2008.
- NASCIMENTO, V; SEGALA, R. R. Estrutura da Libras e expressão de conceitos. In: LACERDA, C.B.F.de; SANTOS, L.F; MARTINS, V.R.O (Orgs). **Libras**: aspectos fundamentais. Curitiba: InterSaberes, 2019.
- PERLIN, G. **Identities Surdas**. In: SKLIAR, C. (Org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

_____; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: Estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REILY, L. **Escola inclusiva**: Linguagem e mediação. Campinas, SP: Papirus, 2004.

SKLIAR, C. (org). **Educação e exclusão** – abordagem socioantropológica em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOUZA, R. M. de. **Que palavra que te falta?** São Paulo, 1998.

STOKOE, W. **Sign Language Structure**: an Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf. Nova York: University of Buffalo Press, 1960.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: M. Fontes, 2008.



INOVAEH

Espaço de Apoio ao Ensino Híbrido



<http://inovaeh.sead.ufscar.br/>

Este material tem como proposta servir como um recurso didático norteador teórico para o curso de “Introdução aos Estudos da Língua Brasileira de Sinais”. Para isso foram abordados aspectos culturais dos estudos no campo da surdez, bem como a afirmação da língua de sinais como um sistema semiótico linguístico usado pelas comunidades surdas. Afirmamos ser a experiência da surdez uma marca que qualifica os surdos como sujeitos com diferenças linguístico-culturais significativas e singulares, para além da questão orgânica apenas. Por essa via, da diferença linguística, os movimentos surdos reivindicam seus direitos de acessibilidade comunicativa através da língua de sinais, na direção de uma sociedade em que tenha a Libras como espaço de enunciação surda, de aparição de si e como produção de sua “voz”, nos mais variados espaços sociais. O material faz uma apresentação inicial destes aspectos teóricos apontados, trazendo as questões culturais e a organização linguística da Libras.

